

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O Papel dos EUA e da URSS na Reconstrução do Estado
Alemão na República de Weimar**

FLÁVIO SCHLUCKEBIER PINTO SARAIVA NOGUEIRA

matrícula nº 105037176

ORIENTADOR: Prof. Daniel de Pinho Barreiros

DEZEMBRO 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O Papel dos EUA e da URSS na Reconstrução do Estado
Alemão na República de Weimar**

FLÁVIO SCHLUCKEBIER PINTO SARAIVA NOGUEIRA

matrícula nº 105037176

ORIENTADOR: Prof. Daniel de Pinho Barreiros

DEZEMBRO 2009

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor.

AGRADECIMENTOS

A minha família, por todo o apoio que me foi dada durante todo o período de minha graduação, em especial meu pai pelas dicas e sugestões que ajudaram na realização deste trabalho.

Ao professor Daniel de Pinho Barreiros, pela orientação, atenção dedicadas e pelas inúmeras contribuições que fizeram desta uma obra melhor.

Ao IE/UFRJ, por todo conhecimento que me proporcionou durante a minha graduação.

A todos aqueles que, enfim, colaboraram, direta ou indiretamente, para a realização desta monografia.

RESUMO

O Tratado de Versalhes, assinado após o fim da Primeira Guerra Mundial, impôs duras restrições ao Estado Alemão, no que diz respeito ao seu poder econômico e militar.

As perdas territoriais e os pagamentos em espécie das reparações impostas pelo Tratado de Versalhes faz com que a República de Weimar se inicie enfrentando uma Balança de Pagamentos deficitária que constituiu o principal fator para um período inflacionário que vai de 1918 a 1923.

Além da dificuldade econômica, a Alemanha também sofreu com as restrições impostas ao seu exército. Tais restrições deixaram o exército alemão em posição inferior, em relação aos demais países europeus e, portanto, incapaz de garantir a segurança e a integridade territorial da Alemanha.

A superação de tais dificuldades era condição essencial para que a Alemanha reconstruísse seu poder econômico e militar para, assim, voltar a ter papel relevante no cenário internacional. Para tal, contou com o auxílio de dois países importantes: EUA e URSS

A participação dos EUA foi de importância fundamental para a reconstrução do poder econômico do Estado Alemão. Através do capital norte americano, tornou-se possível encerrar o período inflacionário iniciando, portanto uma era de prosperidade que perdurou até a crise econômica de 1929.

A importância da URSS ficou demonstrada a partir da análise do pacto militar germano-soviético, que desempenhou um papel importante, tanto na manutenção da integridade territorial alemã como na preparação militar de seu exército ao proporcionar os meios que permitiram à Alemanha se esquivar das cláusulas militares do Tratado de Versalhes.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I- A ALEMANHA NA REPUBLICA DE WEIMAR	8
I.1 O TRATADO DE VERSALHES E AS RESTRIÇÕES POR ELE IMPOSTAS AO ESTADO ALEMÃO	8
I.1.1 As Diferentes Concepções de Paz	8
I.1.2 As Resoluções do Tratado de Versalhes	10
I.2 A REPUBLICA DE WEIMAR E SUAS DIFERENTES FASES	12
I.2.1 Fase inflacionaria 1918-1923	13
I.2.2 Estabiização e Crescimento 1923-1929	14
I.2.3 A Crise e o Fim da República de Weimar 1929-1932	16
CAPÍTULO II- O CAPITAL AMERICANO E SEUS EFEITOS NA ECONOMIA ALEMÃ.....	20
II.1 A MOTIVAÇÃO DA ENTRADA DO CAPITAL AMERICANO NO ESTADO ALEMÃO.....	20
II.2 O EFEITO DO CAPITAL AMERICANO NA REESTRUTURAÇÃO MACROECONÔMICA.....	22
II.3.1 O DESTINOS DA APLICAÇÃO DO CAPITAL AMERICANO	25
CAPÍTULO III - COOPERAÇÃO MILITAR GERMANO-SOVIÉTICA.....	28
III.1 AS ORIGENS E MOTIVAÇÕES DA COOPERAÇÃO	28
III.2 A COOPERAÇÃO E SEUS ASPECTOS PRÁTICOS	31
CONCLUSÃO	35
SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
ANEXO	43

INTRODUÇÃO

O objetivo desta monografia é analisar a contribuição de dois grandes países: EUA e URSS para a reconstrução do Estado Alemão durante a República de Weimar, iniciada em novembro de 1918 e encerrada em janeiro de 1933.

Para se entender o termo “reconstrução de um Estado”, é preciso, inicialmente, entender quais são as suas necessidades e obrigações. De acordo com o economista inglês Wiliam Petty (1623-1687), a primeira obrigação do Estado é a “*defesa por terra e mar, da sua paz interna e externa, como também a vindicação honrosa das ofensas de outros estados*”. Para o Estado cumprir com essa função ele necessitava obter os recursos necessários, o que fazia através dos tributos. Segundo Petty, um aumento de tributação só ocorreria se houvesse um aumento da produtividade e do “excedente econômico” nacional (FIORI, 09 set 2009).

Embora a guerra tenha sido utilizada muitas vezes como meio de acumulação de riqueza ao invés do aumento de produtividade, um Estado só tem condições de iniciar uma guerra com tal propósito após ser capaz de cumprir com a primeira obrigação, na forma referida por Petty no parágrafo anterior. Desse modo, tanto o poder militar quanto o econômico são atributos indispensáveis para qualquer Estado que queira assumir uma posição relevante dentro do cenário internacional.

Um Estado que conta com grande poder econômico, pode utilizar essa força para alcançar dominação ou controle, obtendo assim: prestígio, que é o respeito ao qual se paga o poder; e influência, que é a capacidade de afetar as decisões de outros Estados. O poder militar dá ao Estado força, que é o uso de meios físicos para se afetar decisões de outros Estados. Assim, tendo em mão esses dois poderes, um Estado pode alcançar uma posição dominante, sendo assim capaz de afetar as decisões de um número significativo de outros Estados sem que os mesmos tenham condições de afetar suas decisões (KINDLEBERGER, 1970: 56).

Tanto o poder econômico quanto o militar, são avaliados de maneira relativa, isto é: só temos como medir o poder através da comparação com outro poder. Desse modo,

de acordo com a interpretação Estado-Cêntrica da Economia Política Internacional, os Estados estão atentos não somente aos ganhos absolutos que obtiveram, como também ao tamanho dos seus ganhos em relação aos outros. (GILPIN, 2001: 78). Os Estados estão particularmente interessados na distribuição dos ganhos que afetam o bem-estar nacional, a riqueza nacional e o poder militar.

O Estado Alemão, após a derrota na Primeira Guerra Mundial, se encontra abalado no que diz respeito à sua força econômica, prestígio, influência e poder militar, não tendo assim nenhuma condição de assumir a posição de dominante como havia sido pretendida na Primeira Guerra Mundial. Assim, quando mencionamos a palavra “reconstrução”, não mencionamos apenas a reconstrução dos bens materiais destruídos pela guerra e sim a reconstrução dos fatores citados acima.

O Tratado de Versalhes, na forma em que será analisado no capítulo I da presente monografia, impôs restrições ao Estado Alemão fazendo com que o mesmo tivesse grandes perdas relativas comparado às demais potências européias vencedoras. Enfrentando tais dificuldades, seria difícil para a Alemanha reverter sozinha tal quadro. É por esse motivo que analisaremos a hipótese de que os EUA, através do seu fluxo de capital para a Alemanha, e a URSS, através da cooperação militar germano-soviética, tiveram papéis importantes na reconstrução do Estado Alemão durante a República de Weimar.

Esta monografia está dividida da seguinte maneira: no primeiro capítulo, iremos analisar as condições de origem da República de Weimar juntamente com uma breve introdução histórica da referida república e suas diferentes fases. No segundo capítulo, mostraremos o papel dos EUA na reconstrução do poder econômico do Estado Alemão; e no terceiro e último capítulo, analisaremos o papel da URSS no que se refere à reconstrução do poder militar alemão, juntamente com a sua contribuição para a manutenção da integridade territorial do referido Estado.

CAPÍTULO I - A ALEMANHA NA REPÚBLICA DE WEIMAR

O presente capítulo possui o objetivo de inserir o leitor na situação em que se encontrava o Estado Alemão durante o regime da República de Weimar. Para tal, serão ressaltados os seguintes pontos: i) o Tratado de Versalhes e suas conseqüências para o Estado Alemão; e ii) a República de Weimar e sua devida periodização.

1.1 O Tratado de Versalhes e as Restrições por ele Impostas ao Estado Alemão

A Alemanha, ao final da Primeira Guerra Mundial, foi considerada a grande responsável pelo conflito. Por esse motivo, foi estipulado pelos governos aliados, conforme o comunicado do Presidente norte-americano Woodrow Wilson, ao Governo Alemão em 5 de novembro de 1918 que “...a Alemanha pagará compensações por todos os prejuízos sofridos pela população civil das nações aliadas e à sua propriedade em virtude da agressão alemã por terra, por mar e pelo ar.” Essa frase (e suas devidas interpretações)¹, constituiu a origem do Tratado de Versalhes.

1.1.1 As Diferentes Concepções de Paz

Ao aceitar discutir o armistício, o governo alemão acreditava que o acordo de paz seria baseado nos Quatorze Pontos de Wilson² (JOLL, 1990: 275) e em outros importantes discursos pronunciados pelo presidente americano. Assim, conforme a afirmativa do governo alemão em 12 de outubro de 1918, “*seu objetivo ao entrar em negociações seria apenas concordar com os detalhes práticos da aplicação desses termos.*” Contudo havia muitos interesses distintos ao se discutir o tratado de paz.

¹ Keynes em seu livro *As Conseqüências Econômicas da Paz* diz: “...poucas frases na história deram tanto trabalho aos advogados e aos sofistas.” (KEYNES, 2001: 78).

² No dia 8 de janeiro de 1918 o Presidente americano Woodrow Wilson enviou uma mensagem ao congresso americano onde sumariou sua plataforma para paz no que ficou conhecido como Os Quatorze Pontos de Wilson (Keynes, 2001: 38).

Dentre os Quatorze Pontos, conforme descrito por Keynes (2001: 41) ressaltarei os mais importantes para esta análise: (3) “*a remoção, na medida do possível, de todas as barreiras econômicas, e a instituição de uma igualdade de condições no comércio entre todas as nações que concordarem com a paz e se associem para a sua manutenção.*”; (4) “*Garantias adequadas dadas e recebidas no sentido de que os armamentos nacionais sejam reduzidos ao nível mais baixo consistente com a segurança interna.*”; (5) “*Um ajuste livre, aberto e absolutamente imparcial de todas as reivindicações coloniais.*”. Adicionalmente, convém destacar o discurso proferido por Wilson em 11 de fevereiro onde, argumenta que “*Não haverá anexações, contribuições ou danos punitivos...*” e o de 27 de setembro “*A justiça imparcial a ser aplicada não deve implicar qualquer discriminação entre aqueles que queremos tratar com justiça e aqueles com os quais não queremos ser justos.*”. Esses trechos adquirem importância especial na medida em que nenhum deles foi respeitado ao final do Tratado de Versalhes.

O objetivo americano era conceber uma paz justa e, a partir do Tratado de Versalhes, criar uma nova ordem mundial baseada na Liga das Nações³ (JOLL, 1990:274). O pensamento inglês estava alinhado com o americano. Após uma posição inicial mais dura, motivada por um sentimento de vingança, prevaleceu à razão, uma vez que eles perceberam que a recuperação do Estado Alemão era importante para o comércio britânico e, conseqüentemente, para a sua própria recuperação (JOLL, 1990: 275). Desse modo, também defenderam uma concepção de paz justa e não punitiva.

A França, no entanto, representada pelo seu primeiro ministro Georges Clemenceau, defendia uma proposta distinta, onde o mais importante era obter um acordo de paz que garantisse a própria segurança. Esse propósito seria alcançado mantendo a Alemanha a mais fraca possível, tanto do ponto de vista militar como do econômico e territorial (JOLL, 1990: 274).

Ao se observar os diferentes pensamentos no que diz respeito à paz com Alemanha, nota-se claramente como as concepções de ganho influenciam nas decisões dos Estados. Enquanto a Inglaterra e os EUA estavam claramente interessados nos ganhos relacionados ao comércio com a Alemanha, a partir de sua recuperação, sem se

³ A criação da Liga das Nações constitui o décimo quarto ponto de Wilson (KEYNES, 2001: 41).

preocupar com a possível ameaça que poderia advir, a França se opunha a tal idéia, por temer pela própria segurança. Convém lembrar que a recuperação da Alemanha beneficiaria também a economia francesa, entretanto, a França se encontrava mais interessada no ganho relativo obtido por ser mais poderosa que Alemanha.

As idéias citadas parágrafos acima foram discutidas a partir da interpretação da frase do Presidente Wilson mencionada no início deste capítulo. Os resultados dessa negociação e de como eles se distanciaram da idéia original dos Quatorze Pontos serão mostrados na próxima seção.

I.1.2 As Resoluções do Tratado de Versalhes

O território alemão Pós-Tratado de Versalhes é bem diferente daquele apresentado no início da guerra. A Alemanha foi obrigada, não somente a ceder todas as suas colônias no ultramar, (HOBBSAWM, 1995: 41), mas perdeu ainda importantes territórios particularmente ricos em produtos agrícolas e minerais. Assim, a Alemanha perdeu 13,1 por cento do seu território que correspondiam a 14,6% da superfície cultivável, 74,5% dos minerais de ferro, 68,1% das reservas de zinco e 26% da produção de carvão (STOLPER, 1942: 123; HARDACH, 1977: 191).

O único território reivindicado na idéia inicial dos Quatorze Pontos de Wilson era o da Alsácia-Lorena⁴. Os demais surgiram no decorrer das negociações. Dentre as perdas mais importantes podemos ressaltar as das jazidas de carvão da Alta Silésia e do Sarre. Com a perda desses territórios, o suprimento Alemão de carvão fica reduzido em quase 1/3 (KEYNES, 2001: 57). Do que restava, a Alemanha foi ainda obrigada a entregar anualmente, durante dez anos: -7 milhões de toneladas para a França, 8 milhões de toneladas para a Bélgica. Para a Itália deveria ser entregue uma quantidade anual crescente de 4,5 milhões de toneladas em 1919-20 a 8,5 milhões de toneladas a cada um dos seis anos 1923 e 1928 (KEYNES, 2001: 58).

4 A correção do dano causado à França pela Prússia em 1871 constituía o oitavo ponto. Este território correspondia a $\frac{3}{4}$ da produção de minério de ferro e esta perda, apesar de bastante danosa, era inevitável (Keynes, 2001: 66).

O Tratado não impôs apenas a entrega de carvão. Adicionalmente, a Alemanha foi compelida a ceder aos aliados todos os navios da sua marinha mercante com mais de 1.600 toneladas brutas e metade dos navios entre 1.000 e 1.600 toneladas (STOLPER, 1940: 124). A consequência foi o desaparecimento da marinha mercante alemã dos mares. Assim, a Alemanha ficou dependendo de frotas mercantes estrangeiras para transportar o seu comércio (KEYNES, 2001: 44).

A Alemanha foi obrigada a entregar 5.000 locomotivas, 150.000 vagões e 5.000 caminhões e ainda foi reservado aos Aliados o direito de confiscar toda classe de propriedade privada dos alemães localizadas nos território dos países ou nos territórios cedidos (STOLPER 1942: 124).

As medidas punitivas mencionadas nos parágrafos acima contrariam os propósitos declarados no discurso proferido pelo presidente americano no dia 11 de fevereiro de 1918.

Os fatores referidos anteriormente abalaram profundamente a competitividade da indústria alemã, que sofreu sérias restrições nas suas principais fontes de matéria prima e em sua logística de transporte. O Tratado afetou também a sua competitividade no mercado interno, ao impor o compromisso de, durante cinco anos, conceder aos Estados Aliados o tratamento de nação mais favorecida (KEYNES, 2001: 68). Junta-se ainda o direito de a Alsácia-Lorena exportar livremente para a Alemanha sem pagar nenhuma taxa até o limite da média do enviado entre 1911 e 1913 (KEYNES, 2001: 69). Em ambos os casos a Alemanha não possuía privilégio semelhante o que contrariava a idéia do terceiro ponto de Wilson relacionada à igualdade no comércio

As reparações em dinheiro foram quantificadas em 1921(Resoluções de Paris), e estabeleceram o pagamento de 2.000 milhões de marcos ouro anuais durante os primeiros dois anos, 3.000 milhões anuais nos três anos seguintes, 5.000 milhões anuais nos outros três e, desse ponto em diante, 6.000 milhões anuais por trinta e um anos. Adicionalmente, deveria ser pago, anualmente, por quarenta anos, o montante equivalente a 26 por cento do produto das exportações alemães (STOLPER, 1942: 127).

O resultado desses pagamentos de indenizações contribui ainda mais para o déficit da balança de pagamentos alemã que já estava afetada em face das alterações nas

tarifas aduaneiras e das perdas de recursos minerais. Sendo assim, segundo Keynes (2001) “... pouco se esqueceu que pudesse empobrecer a Alemanha no presente ou obstruir o seu futuro desenvolvimento.” (pp 75). Tal visão a respeito do Tratado de Versalhes, como uma paz punitiva, também é compartilhada por Hobsbawn (1995), que ao fazer uma breve análise a respeito do mesmo afirma que “... o acordo de Versalhes não podia ser base de uma paz estável” (pp 42).

O Tratado de Versalhes, além das restrições econômicas e territoriais, impôs limitações quanto ao poder militar alemão. Ao efetivo do exército alemão foi permitido ter apenas 100 mil homens com no máximo 4.000 oficiais, 102.000 rifles e carabinas, 1.134 metralhadoras leves e 792 pesadas. A marinha ficou restrita a 15 mil homens, (com no máximo 1.500 oficiais), 6 encouraçados, 6 cruzadores ligeiros e 12 contratorpedeiros (IRIYE, 1993: 74). Ademais, o Tratado proibiu a Alemanha de possuir artilharia pesada, tanques, submarinos e força aérea. Essas restrições se diferenciavam da idéia contida no quarto ponto de Wilson. Os outros Estados, mantendo seu poder bélico ao mesmo tempo em que a Alemanha era obrigada a reduzir o seu, deixava o Estado Alemão em condições desiguais para garantir sua segurança interna.

Salvo melhor juízo, o objetivo francês foi plenamente atingido. O Tratado de Versalhes enfraqueceu sobremaneira o Estado Alemão sob os pontos de vista militar, territorial e econômico, tornando impossível para o mesmo cumprir com a primeira obrigação de um Estado nos termos propostos por Petty, citados na introdução desta monografia. É nesse contexto que se inicia República de Weimar.

1.2 A República de Weimar e suas Diferentes Fases

Nesta seção iremos analisar as diferentes fases da República de Weimar. De acordo com Stolper (1942), a República de Weimar pode ser dividida em três períodos bem definidos: o primeiro, de novembro de 1918 a novembro de 1923, foi marcado pela desordem econômica e inflação elevada; o segundo, de 1923 a 1929, pode ser entendido como uma época de crescimento onde a economia alemã parecia ter se reorganizado; e, finalmente, o terceiro período, que se estendeu de 1929 até 1932, representando a crise industrial, agrícola e bancária.

I.2.1 Fase Inflacionaria, 1918-1923

A característica principal da República de Weimar foi a perda de poder aquisitivo do marco devido a uma inflação galopante. Todas as guerras geram pressões inflacionárias devido a grandes despesas com materiais bélicos e em bens e serviços improdutivos. Infelizmente, a inflação alemã foi acima da normal, representando o caso extremo de inflação encontrado na Europa naquele período (LANDES 1994, 371-372)

A hiperinflação alemã pode ser explicada de acordo com Helfferich (apud LAIDLER e STADLER, 1998), à luz da Balança de Pagamentos. O autor argumenta que a balança de pagamentos alemã desfavorável (como resultado das dificuldades de se obter crédito, necessidade de se importar produtos agrícolas e minerais somado ao pagamento de reparações em espécie), foi a causa da depreciação da taxa de câmbio do marco. A referida depreciação resultou em aumento de preços e salários, e conseqüentemente em escassez de moeda em circulação. O Banco Central Alemão, para evitar uma quebra nas relações econômicas, passou a emitir moeda a fim de aumentar o meio circulante e facilitar as transações com o nível de preços elevado.

A ação do governo alemão de utilizar apenas a emissão de moeda para resolver seus problemas com a balança de pagamentos mostra o caráter sociopolítico da hiperinflação alemã. A redução da capacidade de exportação alemã, associada às mudanças geradas pelo Tratado de Versalhes, juntamente com as penosas reparações por ele impostas, puseram importantes limites econômicos e políticos na capacidade de ação dos governantes da época (LAIDLER e STADLER, 1998: 820). Assim, a inflação atingiu um nível tão elevado que Landes (1994) a exemplificou:

“Em 1923, emitiam-se cédulas com denominações astronômicas; mesmo assim, os alemães usavam carrinhos de bebê para carregar pilhas de papel para as lojas e gastá-las antes que se tornassem sem valor.” (pp. 372)

A Hiperinflação não foi o único problema enfrentado pelo governo alemão nessa época. Em janeiro de 1923, a França, em cooperação com a Bélgica e Itália, porém com forte oposição da Inglaterra, declara que a Alemanha se encontrava em falta para com as reparações e ocupa a região do Ruhr, o grande centro da produção de ferro e carvão da Alemanha, a fim de obter de forma direta as reparações. (HARDACH, 1977: 193).

Em seguida, a Alemanha, tomou a sua primeira atitude contra as potências vitoriosas: suspende todos os pagamentos de reparações para França e Bélgica e proibiu os funcionários alemães de receberem ordens das autoridades invasoras (STOLPER, 1942: 129). Essa medida deixou o Estado Alemão em uma situação difícil, uma vez que se viu privado de seus principais recursos minerais e matérias primas tendo ainda que alimentar os trabalhadores do Ruhr que foram expulsos por conta de sua resistência (STOLPER, 1942: 130).

O somatório dos problemas enfrentados pela jovem república alemã, fez com que, no fim do período inflacionário em novembro de 1923, o marco valesse um trilionésimo de seu valor de antes da guerra. Esta experiência mostra claramente como uma balança de pagamentos desequilibrada pode gerar um grande processo inflacionário (LANDES, 1994: 373).

I.2.2 Estabilização e Crescimento 1923-1929

A inflação elevada tornou a situação do marco insustentável. Era preciso refrear os mecanismos que geravam a inflação. Para isso uma nova moeda (Rentemark) foi criada em 15 de novembro de 1923 (HARDACH, 1977: 194).

A grande questão ao se criar uma moeda nova é de como realizar a transição de uma moeda instável para uma estável. Segundo Stolper (1942), havia uma série de obstáculos a serem enfrentados:

i) nunca, em qualquer outro país, se havia minado tanto a moeda e a confiança do seu funcionamento como nesse período na Alemanha. Era preciso estabelecer um nível de confiança inicial para evitar um ritmo acelerado de circulação da nova moeda e, conseqüentemente, sua depreciação;

ii) não havia esperança de se obter empréstimos no exterior, instrumento principal utilizado para se obter uma estabilização quando as reservas de ouro de um país se esgotavam; e

iii) as possíveis reformas monetárias exigiam uma trégua nas lutas sobre as reparações e um relaxamento no pagamento das mesmas. Seria impossível pensar em reparação enquanto a luta no Ruhr continuasse.

A solução dos problemas citados acima não prescindia do sucesso nas negociações entre as potências de ocupação e as indústrias do Ruhr. O bom termo nas referidas negociações era condição necessária para se iniciar a difícil tarefa de estabilizar a moeda (STOLPER, 1942: 147).

Para se construir a nova moeda, foram tomadas as medidas a seguir. Inicialmente o *Reichsbank* conservou a função de emissor de papel moeda e proibiu que se continuasse a redescotar os certificados do tesouro do Reich. Simultaneamente foi criado um segundo banco de emissão, o *Rentenbank*, com um capital de 3,2 bilhões de *Rentemark*. Entretanto não houve necessidade de desembolso, pelo *Rentenbank*, desse capital, uma vez que o mesmo era constituído de dívidas agrícolas sobre a terra e obrigações semelhantes de empresas industriais. Essas obrigações produziam juros cujos pagamentos iriam constituir o capital do *Rentenbank* ao longo do tempo (STOLPER, 1942; 150).

A criação do novo marco por si só não constituía condição suficiente para a estabilização monetária alemã. Permanecia a necessidade de solucionar as demais questões citadas anteriormente. Os problemas relacionados ao pagamento das reparações e do crédito para a estabilização monetária foram resolvidos pelo Plano Dawes⁵ que: i) reduziu as anuidades das reparações a quantidades aparentemente suportáveis; ii) reconheceu que a Alemanha necessitava de um intervalo de tempo para se recuperar; esse período de “descanso” possibilitaria “uma pausa para respirar” de forma a que a economia alemã pudesse começar a produzir excedentes; e iii) injetou capital na forma de um grande empréstimo à Alemanha (STOLPER, 1942; 153).

⁵ A Comissão de Reparação designou dois comitês com especialistas para estudar o problema a respeito das reparações e propor uma nova ordem no seu pagamento. O mais importante desses comitês teve como diretor Charles Dawes. Esse comitê apresentou um novo plano para as reparações, conhecido como o Plano Dawes, que foi aceito pela Comissão de Reparações e em seguida pelo governo alemão sendo posto em prática em setembro de 1924 (STOLPER, 1942: 152).

As ações constituintes do Plano Dawes estabeleceram as condições favoráveis para um período de recuperação sem igual em alcance e intensidade. Essa recuperação foi caracterizada por um processo que, na Alemanha, se denominou “racionalização”. A política econômica e tecnológica foi orientada sobre o padrão norte-americano, que possuía métodos de produção superiores aos conhecidos na Alemanha (STOLPER, 1942: 158; ABRAHAM, 1980: 96). Assim, suas indústrias conseguiram novamente alcançar posição de destaque nos setores em que havia logrado primazia antes da guerra, quais sejam, as indústrias químicas, elétricas, óticas e, parcialmente, as têxteis e de engenharia (STOLPER, 1942; 159).

Essa recuperação não aconteceu somente na esfera industrial. A construção urbana, estimulada por subsídios estatais, experimentou um crescimento nunca visto anteriormente, com os municípios competindo ente si em relação à construção de campos esportivos, escolas e hospitais. A construção de linhas de transmissão elétrica foi incrementada em todo país, juntamente com a modernização das rodovias. A frota de navios mercantes, que havia sido cedida aos aliados, pôde ser restabelecida em sua quase totalidade (STOLPER, 1942; 159; BRAGA, 2000: 206).

Essa visão de prosperidade também é percebida por Joll (1990), que destaca a importância do Plano Dawes para solução do problema econômico alemão. Além deste fato, o autor ressalta os ambiciosos programas relacionados à construção de casas e realização de obras públicas, que proporcionarão uma queda no nível de desemprego.

Esses avanços tornaram-se possíveis somente graças a um aporte contínuo de capital estrangeiro em quantidade superior ao pagamento de reparações. A origem desse capital e sua aplicação na reconstrução econômica da Alemanha de Weimar serão estudadas com mais detalhe no segundo capítulo deste trabalho.

1.2.3 A Crise e o Fim da República de Weimar 1929-1932

Em 1929 o período denominado “Anos Dourados” da República de Weimar chega ao fim (HARDACH, 1977: 196). A crise de 29 interrompeu a entrada de capital para o Estado Alemão e causou uma queda no preço dos produtos agrícolas. A combinação

desses fatores afetou de maneira significativa o cenário político, culminando no fim da República de Weimar.

Inicialmente, será analisada a interrupção do fluxo de capital. Grande parte do capital que ingressou na Alemanha no período de crescimento era de curto prazo. Uma vez nos bancos alemães, esse capital passou a financiar empréstimos a longo prazo. Com a quebra da bolsa de Nova York em setembro de 1929, o fluxo de capital se inverteu, ou seja os recursos passam a deixar a Alemanha. Praticamente a metade do capital disponível nos grandes bancos alemães era oriunda de empréstimos externos e essa fuga de capitais gerou uma crise bancária (PETZINA, 1969: 62).

Dois fatores contribuíram para agravar a crise bancária: i) o êxito do partido nacional socialista nas eleições de setembro de 1930, que gerou um pânico dos credores estrangeiros; e ii) a crise bancária austríaca em 1931, que levou à quebra do *Creditanstalt* austríaco, um dos maiores e mais antigos bancos internacionais da Europa Central (STOLPER, 1942: 168).

Tornou-se necessário recorrer à moratória dos pagamentos das reparações⁶ a fim de impedir uma quebra, que poderia se propagar por toda estrutura do sistema de crédito europeu. A referida moratória não foi o suficiente para impedir, em julho de 1931, a insolvência de dois grandes bancos alemães (HARDACH, 1977: 198).

A conseqüência da crise foi uma contração brutal do crédito, sentida em todos os ramos da economia, ademais de uma rápida queda do preço das ações industriais juntamente com uma queda nos preços das mercadorias (LANDES, 1994: 382). Esses fatores resultaram na queda nos investimentos industriais conforme os dados da tabela 1. A queda no investimento fez com que o nível de desemprego na Alemanha aumentasse significativamente. De 1929 a 1930, o número oficial de desempregados havia passado de 2 milhões para quase 4,5 milhões. Nos dois anos subsequentes o desemprego atingiu a espantosa barreira de 6 milhões que representava, no entanto, uma expressão abrandada da realidade (LANDES, 1994: 383).

⁶O pagamento das reparações já havia sido reduzido em 1930 com o Plano Young entretanto com o agravamento da crise o Governo Alemão declarou em junho de 1931 a moratória Hoover (HARDACH, 1970: 197)

Tabela 1 - Alemanha: Investimentos Industriais das Grandes Sociedades Anônimas Em 1924-31^a
(Em Milhões De Reichmarks)

	Novas Instalações	Reposições	Total
1924	193	513	706
1925	574	574	1148
1926	301	647	948
1927	535	721	1256
1928	711	789	1500
1929	327	841	1168
1930	116	791	907
1931	21	501	522

a. Sendo todas elas empresas com capital acionário superior a um milhão de RM, somadas a companhias menores cujas ações eram negociadas em bolsa de valores. Estas representavam no fim de 1931, aproximadamente 90% do total do capital acionário de todas as empresas alemãs.

Fonte: (LANDES, 1994: 382)

Além de afetar o setor industrial e bancário, a crise afetou seriamente o setor agrícola. A concentração maior ocorreu no setor de grãos onde a flutuação anual dos preços era bem maior do que a dos demais setores agrícolas. A produção de grãos estava concentrada, em sua maior parte, nas mãos de grandes fazendeiros, os *Junkers*. Assim, a crise agrícola, representou a crise de uma classe que possuía laços estreitos com o exército que, por sua vez, possuía uma posição bastante independente durante a República de Weimar. Convém lembrar que, depois de 1925, a presidência do Reich foi exercida pelo Marechal Paul Von Hindenburg, um representante dessa classe. (STOLPER, 1942: 164).

Os fatores ressaltados no parágrafo anterior explicam as razões da elevada ajuda financeira do governo da república aos produtores agrícolas. Essa ajuda não agradou à classe urbana e nem tampouco aos *junkers*. A classe urbana reprovava o desperdício de milhões de marcos com uma classe arruinada, havendo milhões de desempregados que podiam ser estabelecidos nessas terras. Os *junkers* acreditavam que o governo, ao invés de ajudar, estava se aproveitando de seu aperto para comprar suas terras e reparti-las (STOLPER, 1942: 165-166).

Os efeitos materiais foram similares tanto para os trabalhadores como para a classe média. Os trabalhadores perderam seus empregos e os comerciantes e artesãos, que dependiam diretamente do poder de compra da população, viram seus lucros caindo cada vez mais. Os fazendeiros mal conseguiam garantir a própria subsistência, com a redução continuada dos preços dos produtos agrícolas. (PETZINA, 1969: 70).

Tal situação foi acirrando cada vez mais as tensões sociais, polarizando o sentimento político entre a extrema esquerda e extrema direita. Para as elites governantes, não restava dúvida a respeito de que lado apoiar. Assim, em 30 de janeiro de 1933, Adolf Hitler torna-se Chanceler (LANDES, 1994: 414). Adolf Hitler possuía uma base consistente junto aos trabalhadores, representando ao mesmo tempo uma garantia contra o marxismo, fazendo com que a burguesia e os *junkers* financiassem sua ascensão (PETZINA, 1969: 71). A nomeação de Adolf Hitler como Chanceler representou o fim da República de Weimar e o início de uma nova fase para o Estado Alemão.

CAPÍTULO II- O CAPITAL AMERICANO E SEUS EFEITOS NA ECONOMIA ALEMÃ

No capítulo anterior pôde-se analisar como o Tratado de Versalhes, com suas cláusulas punitivas, enfraqueceu o Estado alemão, e como tal enfraquecimento resultou no período inflacionário da República de Weimar. O aporte de capital estrangeiro constituiu fator de força para o encerramento de tal fase e para o início da fase de prosperidade que veio a seguir. Neste capítulo destacaremos a importância da fonte principal de capital estrangeiro a fluir para a Alemanha: os Estados Unidos da América. Assim, analisaremos a sua atuação na reestruturação da economia alemã enfatizando: i) a motivação para a entrada do referido capital; ii) o seu papel na reestruturação macroeconômica alemã; e iii) o destino das aplicações do capital americano.

II.1 A Motivação da Entrada do Capital Americano no Estado Alemão

O primeiro período da República de Weimar foi marcado pela a hiperinflação. A estabilização monetária e o período seguinte de crescimento só foram possíveis devido ao aporte significativo de capital estrangeiro. No período entre setembro de 1924 e a moratória Hoover, em julho de 1931, a entrada de capital foi muito maior que a saída e a maior parte desse crédito foi proveniente dos EUA (STOLPER, 1942: 160).

Para se entender as razões pelas quais o capital americano fluiu para a Alemanha, é preciso antes fazer um breve comentário da situação dos EUA no cenário internacional. Após a Primeira Guerra Mundial, os EUA se tornaram credor da Inglaterra, França e Itália, e esperavam obter o retorno dos recursos financeiros empregados. Os referidos países condicionaram o pagamento de suas dívidas ao recebimento das indenizações alemãs. A Alemanha, por outro lado, declarava ser impossível pagar as somas exigidas (KENNEDY, 1989: 273).

Percebemos assim, a importância, para os EUA, de a Alemanha honrar seus compromissos. Porém, conforme citado anteriormente, as exigências do Tratado de Versalhes levaram a uma desestabilização na Balança de Pagamentos da Alemanha, o que gerou uma hiperinflação. Face a esse cenário nada favorável, em 1923, França e a Bélgica invadem a região do Ruhr e a Alemanha interrompe o pagamento das reparações.

Nesse contexto, para evitar que as dívidas de guerras não fossem honradas e assim aliviar as tensões européias, o governo americano decide agir de forma indireta, e criar uma comissão composta por três banqueiros - Charles Dawes, Henry M. Robinson e Owen D. Young – para analisar e investigar as finanças Alemãs (IRIYE, 1993: 90). A partir dessa comissão surgiu o Plano Dawes, já mencionado no primeiro capítulo, que resolveu as questões referentes às reparações e serviu como porta de entrada do capital americano para a Alemanha, com a concessão de um empréstimo de 110 milhões de dólares.

A ação dos EUA mostra claramente como um Estado, através da influência obtida pelo seu poder econômico, que nesse caso é representado por sua posição de credor, pode afetar as decisões de outros Estados. A influência americana, por meio do Plano Dawes, gerou uma revisão no montante das reparações a serem pagas pela Alemanha. Essa atitude, não se deve a uma ação benevolente dos EUA em relação à situação da Alemanha, mas sim à defesa dos interesses norte-americanos, que estavam ameaçados por um possível não pagamento dos empréstimos por ele concedido.

O Plano Dawes por si só, não constituiu a única motivação para a entrada de capital na Alemanha. As condições da guerra, conforme citado anteriormente, transformaram os EUA em investidor líquido no exterior e credor, dando assim condições para que desempenhasse o seu novo papel no fluxo de mercadorias e capital no mercado mundial (TEIXEIRA, 2000: 177). A exportação de *commodities* agrícolas e produtos manufaturados fizeram com que as reservas de ouro americanas crescessem de US\$ 1,3 bilhão em 1913 para US\$ 4 bilhões em 1923 (EICHENGREEN, 2000: 97). O diferencial das reservas de ouro do governo americano comparado com os demais era substancialmente maior como mostra a tabela 2 abaixo.

Podemos ainda observar na tabela 2, que a Alemanha apresenta um aumento em suas reservas de ouro na segunda metade da década de 20. Isto ocorreu devido a conservação dos juros em patamares mais elevados do que em outros países, pelo Reichsbank. A taxa de juros foi mantida elevada para tranquilizar os cidadãos, que estavam aflitos com a lembrança da hiperinflação, e acabou servindo assim como a principal motivação para fazer da Alemanha o principal destino do capital norte-americano no exterior (EICHENGREEN, 2000: 101).

Tabela 2 – Reservas de ouro em poder de bancos centrais e governos, 1913-1932 (porcentagem do total)

País	1913	1918	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932
Estados Unidos	26,6	39,0	44,4	45,7	44,4	44,3	41,6	37,4	37,8	38,7	35,9	34,0
Inglaterra	3,4	7,7	8,6	8,3	7,8	7,9	7,7	7,5	6,9	6,6	5,2	4,9
França	14,0	9,8	8,2	7,9	7,9	7,7	10,0	12,5	15,8	19,2	23,9	27,3
Alemanha	5,7	7,9	1,3	2,0	3,2	4,7	4,7	6,5	5,3	4,8	2,1	1,6
Argentina	5,3	4,5	5,4	4,9	5,0	4,9	5,5	6,0	4,2	3,8	2,2	2,1
Australia	0,5	1,5	1,5	1,5	1,8	1,2	1,1	1,1	0,9	0,7	0,5	0,4
Bélgica	1,0	0,7	0,6	0,6	0,6	0,9	1,0	1,3	1,6	1,7	3,1	3,0
Brasil	1,9	0,4	0,6	0,6	0,6	0,6	1,1	1,5	1,5	0,1	n.d	n.d
Canadá	2,4	1,9	1,5	1,7	1,7	1,7	1,6	1,1	0,8	1,0	0,7	0,7
Índia	2,5	0,9	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,4	1,4
Itália	5,5	3,0	2,5	2,5	2,5	2,4	2,5	2,7	2,7	2,6	2,6	2,6
Japão	1,3	3,3	7,0	6,5	6,4	6,1	5,7	5,4	5,3	3,8	2,1	1,8
Holanda	1,2	4,2	2,7	2,3	2,0	1,8	1,7	1,7	1,7	1,6	3,2	3,5
Rússia-URSS	16,2	-	0,5	0,8	1,0	0,9	1,0	0,9	1,4	2,3	2,9	3,1
Espanha	1,9	6,3	5,6	5,5	5,5	5,4	5,2	4,9	4,8	4,3	3,8	3,6
Suíça	0,7	1,2	1,2	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,3	4,0	4,0
Demais países	9,9	7,8	7,1	6,9	7,4	7,3	7,4	7,3	7,0	6,3	6,4	6,0
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: (EICHENGREEN, 2000: 98)

II.2 Efeitos do Capital Americano na Reestruturação Macroeconômica

A República de Weimar, conforme citado, na seção I.2.2 deste trabalho, teve sua primeira fase marcada pela hiperinflação. Existe uma linha de autores, como por exemplo Ferguson (1996), que acredita que a relativa estabilização de 1920 poderia ter sido prolongada, evitando assim a hiperinflação. Isto seria alcançado por meio da redução do déficit público, cortando-se os gastos e aumentando a taxa de imposto indireta, juntamente com uma estabilização monetária baseada numa desvalorização formal do

marco em relação ao dólar. Entretanto, essas medidas não puderam ser adotadas em face das condições políticas da época.

Neste período inicial da República de Weimar havia um risco significativo de ocorrer uma revolução a exemplo do que ocorreu na URSS, devido à força do partido comunista alemão. Isto fez com que fossem evitadas medidas estabilizadoras que pudessem ter como contrapartida insatisfação popular. O industrial alemão Hugo Stinnes, foi porta voz desse temor declarando que se a escolha era entre inflação e revolução, ele preferia à primeira (apud FERGUNSON, 1996: 639).

Apesar das discussões, o grande tema continuava sendo as imposições do Tratado de Versalhes que, como já foi mencionado causaram o problema na Balança de Pagamentos, causa principal da hiperinflação. A tabela 3 mostra a evolução da cotação do dólar frente ao marco, dando uma boa idéia da magnitude da hiperinflação alemã.

Tabela 3 – Cotações do Dólar (US\$1,00)

		Marcos	
Julho	1914	4,2	
Janeiro	1919	8,9	(I)
Julho	1919	14,0	
Janeiro	1920	64,8	
Julho	1920	39,5	
Janeiro	1921	64,9	
Julho	1921	76,7	
Janeiro	1922	191,8	
Julho	1922	493,2	
Janeiro	1923	17.972,0	
Julho	1923	353.412,0	
Agosto	1923	4.620.455,0	
Setembro	1923	98.860.000,0	
Outubro	1923	25.260.208.000,0	
Novembro	1923	4.200.000.000.000,0	

(I) Calculo em termos de cotações suíças.

Fonte: (STOLPER, 1942: 137)

Assim, o governo alemão encontrava-se em uma situação desesperadora recorrendo cada vez mais à impressão de papel moeda para honrar os seus

compromissos (LANDES, 1994: 372). Para acabar com esse processo era necessário inicialmente, que houvesse uma revisão nos montantes a serem pagos pelas reparações de guerra e, em seguida, aporte de capital para criação e estabilização da nova moeda, visto que a hiperinflação tinha corroído a moeda atual. Esse capital, como sabemos, possui origem norte-americana.

Na seção anterior foram relatados os motivos que fizeram com que o capital norte-americano fluísse em direção a Alemanha. Passamos agora a analisar a sua importância para a estabilização da economia alemã e para a fase de prosperidade da República de Weimar.

O empréstimo concedido através do Plano Dawes permitiu a obtenção, pelo *Reichsbank*, das quantidades de ouro necessárias para a estabilização do novo marco (STOLPER, 1942:149). Contudo, o período inflacionário de 1920-23 declinou as fortunas privadas alemãs, não permitindo que os bancos alemães conseguissem equilibrar suas perdas com capital nacional. Assim o capital oferecido pelos EUA foi o caminho mais fácil para se obter esse equilíbrio, sendo fundamental para a rápida recuperação econômica alemã nesse período (PETIZINA, 1969: 61). Assim, com a entrada do capital americano e o fim da inflação, a economia alemã apresentou um crescimento relativamente estável, permitindo que a renda nacional aumentasse 25% entre 1925 e 1928 (PETIZINA, 1969: 59) e tornando os níveis de produção e bem-estar em geral, em 1928-9, iguais ou superiores aos de 1913 (HARDACH, 1977: 195).

A disponibilidade do capital fez com que o desemprego caísse. Embora, no período de 1925 até 1929, muitos nacionalistas se queixassem da “escravidão” que a Alemanha estava tendo do crédito internacional ocorreu, nesses anos, uma melhora substancial na situação econômica da Alemanha alguma esperança política de que a República poderia afinal ter a chance de se estabelecer (JOLL, 1990: 289).

A queixa dos nacionalistas acerca da dependência do crédito norte americano acabou se confirmando. Grande parte dos dólares que saíram dos Estados Unidos na forma de empréstimo de curto prazo acabou sendo empregada em projetos de longo prazo. No verão de 1928, ocorreu um surto de prosperidade interna nos EUA e o conseqüente aumento relativo das taxas de juros do FED, reduzindo drasticamente a saída de capital dos EUA. O final desse surto acabou culminando no “crash de Wall

Street” de outubro de 1929, provocando nova redução dos empréstimos americanos (KENNEDY, 1989:274) e, conseqüentemente, gerando o fim do período de prosperidade da República de Weimar.

Embora existam autores que atribuem outras explicações a respeito da depressão na Alemanha, como é o caso de Baldestron (1983), que atribui a depressão à instabilidade do sistema econômico alemão, especialmente do mercado de capitais, ou Voth (1995), que demonstra que uma redução na taxa de juros no final dos anos 20 teria aumentado consideravelmente o nível de investimento, reduzindo-se assim a proporção da crise, o fato é que, conforme Feldman (apud HIDDEN, 1989) sinalizou, as lembranças da inflação afetaram as decisões econômicas tornando virtualmente impossível, para os governantes da República de Weimar, fazerem o uso de políticas anticíclicas depois de 1929.

O fato de a memória da inflação ter sido tão marcante mostra a importância da estabilização monetária da Alemanha. Essa estabilização, conseguida através do capital norte-americano foi fundamental para o curto, porém importante período de estabilização macroeconômica, tornando-se, ainda, a base para o crescimento econômico alemão e fator de força para a sua volta ao cenário do comércio internacional.

II.3 O Destino das Aplicações do Capital Americano

Na seção anterior foi analisada a importância do capital americano para o fim do período inflacionário vigente na Alemanha na primeira fase da República de Weimar. Nesta seção iremos destacar os setores que se beneficiaram com a entrada do capital e a importância desses setores para a reconstrução do Estado Alemão.

O Estado apresentou um papel importante, os subsídios estatais financiaram um enorme programa de renovação urbana e as cidades competiam entre si na expansão de moradias, *playgrounds*, piscinas, escolas e hospitais. Junto a este processo os cabos de energia elétrica se espalhavam pelo campo alemão (BRAGA, 2000: 206). Nesse período de crescimento, a Alemanha consegue recuperar as suas forças empreendedoras

reafirmando-se em 1929 como possuidora da mais moderna frota mercante, das ferrovias mais rápidas e de um adequado sistema de estradas (BRAGA, 2000:205).

Além do crescimento em infra-estrutura, os empréstimos americanos foram os grandes responsáveis pelo o processo de “racionalização” mencionado na seção I.2.2. A racionalização enfatizou a cartelização das propriedades, a gestão do capital fixo e das ciências e a coordenação entre as indústrias e o Estado. O resultado desse processo foi um maior nível de progresso técnico, com construções de novas plantas e aumento dos estoques e, ainda mais, e pelo surgimento de uma paixão pelo método de produção fordista, além de uma intensificação significativa na produtividade e na lucratividade, fazendo com que entre 1924 e 1927 a produtividade industrial crescesse quase 40 por cento (ABRAHAM, 1980: 88).

Durante a República de Weimar as indústrias alemãs estavam divididas em dois grupos, de acordo com Abraham (1979). O primeiro grupo, o das indústrias pesadas, era representado pelas indústrias produtoras de ferro aço e carvão. O segundo grupo, o das indústrias exportadoras, era o setor tecnologicamente mais avançado e próspero, representado pelas indústrias de engenharia, elétrica e química.

Embora o processo de racionalização tenha percorrido todas as grandes indústrias (ABRAHAM, 1980: 88) durante o período de crescimento da República de Weimar, o segundo grupo apresentou um crescimento considerável, enquanto o primeiro se encontrava estagnado como podemos ver na tabela 4.

Tabela 4 – Índices de produção de uma amostra das maiores indústrias (1913= 100)

	Setor Estagnado			Setor Fronteiriço	Setor em Expansão		
	Carvão	Setor minerador	Ferro e Aço	Têxtil e Roupas	Linhita*	Insumos Metálicos**	Químico
1925	70	79	70	96	158	131	133
1926	76	82	62	80	159	104	124
1927	81	88	86	117	171	143	155
1928	79	88	80	98	188	164	161
1929	86	98	86	89	197	170	186

*Linhita foi utilizado principalmente para a produção de energia elétrica.

**Incluí todas as indústrias consumidoras de ferro bruto ou aço e produzindo produtos finais ou maquinas

Fonte: (ABRAHAM, 1980: 104)

A explicação para a maior expansão das novas indústrias pode ser dada pela guerra. A guerra estimula a produção devido a um aumento acentuado na demanda de certos produtos e serviços, demanda essa que sofre com restrições pelo lado da oferta. As indústrias mais antigas, que produzem para o esforço de guerra, aumentam a sua oferta utilizando sua capacidade ociosa, não ocasionando assim avanços na técnica ou aperfeiçoamento dos equipamentos. As novas indústrias que produzem para o mesmo fim, entretanto, para atender o aumento da demanda constroem novas instalações, lhes dando assim margem para a inovação técnica (LANDES, 1994: 436).

Vemos Assim, que a Primeira Guerra Mundial iniciou o processo de transformação técnica na indústria alemã, processo que através do capital e dos moldes de produção americano permitiu que a República de Weimar, após o período inflacionário, pudesse apresentar uma era de prosperidade considerável. A depressão dos anos 30 reduziu de fato a produção industrial e elevou o índice de desemprego. Porém, as inovações técnicas, a capacidade industrial e a infra-estrutura construída no período de prosperidade, não poderiam ser destruídas pela crise, sendo novamente utilizados ao final da mesma.

CAPÍTULO III - COOPERAÇÃO MILITAR GERMANO-SOVIÉTICA

No capítulo anterior, foi visto como o capital americano contribuiu para que o Estado Alemão iniciasse a reconstrução de seu poder econômico. Neste capítulo será analisada a importância da cooperação militar germano-soviética para a manutenção da integridade territorial alemã durante a República de Weimar, juntamente com sua contribuição para o início da reconstrução do seu poder militar. Começaremos relatando as origens e motivações de tal cooperação, para depois procedermos a uma descrição dos aspectos práticos dessa cooperação.

III.1 As Origens e Motivações da Cooperação

Antes de começarmos a analisar as origens e motivações da cooperação militar germano-soviética, introduziremos o contexto soviético no cenário internacional pós Primeira Guerra Mundial. A guerra, com suas perdas humanas e destruição material, acabou sendo o catalisador da Revolução de Outubro de 1917 que levou ao surgimento da URSS.

No início de 1918 o governo soviético recém instalado adota duas medidas consideradas fundamentais sob o ponto de vista de sua relação econômica com o mundo capitalista. A primeira, em janeiro de 1918, consistiu no cancelamento de todas as dívidas da Rússia com os bancos capitalistas dos Estados Centrais. A segunda, em abril do mesmo ano, foi a decretação do monopólio estatal sobre as relações econômicas com o exterior (FERNANDES, 2000: 260).

No fim de 1919 ficou claro que a intervenção havia falhado e foi tomada a decisão para a retirada das tropas Americanas e aliadas. As ameaças ao regime soviético, no entanto, não foram removidas até outubro de 1920. Em abril do referido ano, a Polônia, com assessoramento e apoio logístico francês, invade a Rússia com o

propósito de desanexar a Ucrânia e Bielo-Rússia, e incorporá-las ao seu território. O Exército Vermelho consegue com êxito fazer retroceder as forças inimigas e avançar quase até Varsóvia, até serem detidos pelo exército polonês, que contava com assessoria militar do General francês Weygand.. (JOLL, 1990: 247)

Vemos assim que a Rússia Soviética nasce em situação de ameaça constante, tanto territorial quanto política. Tal situação é bem semelhante à enfrentada pela República de Weimar tensionada pelas imposições do Tratado de Versalhes⁷. A similaridade de suas posições transparece na rivalidade de ambos com a Polônia, sendo ela o principal denominador comum entre os interesses alemães e soviéticos. O medo e o ódio combinado que ambos os países sentiam em relação à Polônia foi, segundo Mueller (1976), a principal razão para o pacto secreto militar germano-soviético (MUELLER, 1976: 111)

Embora a razão mencionada acima tenha constituído fator de força para o acordo germano-soviético, este foi motivado por questões muito mais profundas. Conforme citado pelo Coronel Max Bauer, a oficialidade alemã entendia que a Rússia era imbatível e seria uma aliada germânica na luta contra a Entente e Versalhes (KOCHAN, 1950:111). O Tratado de Versalhes impactou de forma significativa as relações alemãs com a Rússia. O Conde alemão Brockdorff-Rantzau, um dos políticos mais talentosos da República de Weimar, opunha-se, antes de Versalhes, a qualquer alinhamento unilateral com o Ocidente, contra a Rússia, ou com a Rússia, contra o Ocidente. Após as duras condições do referido Tratado, Brockdorff abandona sua oposição contra a aproximação russo-alemã. Apesar de estar consciente dos perigos do Bolchevismo, acreditava se tratar de um mal menor do que as conseqüências do indigno Tratado, imposto pelos inimigos vingativos e rapaces, sobre a Alemanha e suas gerações futuras (GATZKE, 1958: 569-570).

Do lado soviético, Lenin também percebia as conexões entre Rússia e Alemanha, e de como as conseqüências geradas pelo Tratado de Versalhes levavam a

⁷ Sobre todas as perdas impostas à Alemanha pelo o Tratado de Versalhes, vale ressaltar, para maior entendimento do presente capítulo, a perda do distrito da Alta Silésia para a Polônia. O referido distrito possuía uma das maiores reservas de carvão da Alemanha e historicamente nunca fez parte da Polônia (KEYNES, 2002:56-57)

uma aproximação maior entre os dois Estados, conforme podemos observar em parte de seu discurso abaixo:

“Our existence depends on there existing a radical divergence amongst the imperialist powers on the one hand and, on the other, that the victory of the Entente and the Versailles peace have made it impossible for the overwhelming majority of the German nations to live. The Versailles peace has created a position such that Germany cannot dream of a breathing-space, cannot dream of not been plundered, of not being deprived of the means of life, of her population not being condemned to hunger and starvation. Germany cannot dream of this and naturally her only means of saving herself is by an alliance with Soviet Russia, whiter they are directing their glances. They madly attack Soviet Russia, they hate the Bolsheviks, they shoot their communists like real genuine White Guards. The German bourgeois government madly hates Bolsheviks but the interests of its international position impel it towards peace with Soviet Russia against its own wishes” (LENIN apud KOCHAN, 1950: 116).

A aproximação da *Reichswehr* com o Exército Vermelho começou a partir da crença do General alemão Hans von Seeckt, ilustrada por suas ações como Comandante da *Reichswehr* no pós-guerra, que o sucesso militar da Alemanha dependia da sua colaboração com a Rússia. Adicionalmente, o General advertia sobre a necessidade de se admitir o fato que a Polônia estava tentando obter as terras disponíveis na fronteira leste alemã e dispunha da proteção da França, de maneira que o perigo para a Alemanha era eminente (SMITH, 1956: 125).

Através da análise feita até o presente momento nota-se que, apesar de ambos os países reconhecerem as suas diferenças no que diz respeito à opção política, eles possuem consciência de que havia uma ameaça maior e que, devido a essa ameaça, os ganhos obtidos com a colaboração militar superavam em muito as suas diferenças.

Apesar dos estudos que indicam que contatos a respeito da colaboração militar ocorreram em 1919 e no começo de 1920 (SMITH, 1956: 126), a primeira negociação concreta relativa à colaboração militar germano-soviético ocorreu na primavera de 1921, quando foram iniciadas as negociações entres os membros da *Reichswehr* e representantes russos. O propósito dessas negociações foi alcançar um acordo no qual a

Alemanha proveria ajuda financeira e técnica para a construção da indústria bélica russa e, em troca, obteria da Rússia suprimentos necessários de munição de artilharia, cuja produção lhe era proibida pelas cláusulas do Tratado de Versalhes (GATZKE, 1958: 567-68).

As negociações do Estado Alemão com a Rússia Soviética não se limitaram ao campo militar. Havia, em paralelo, negociações políticas e econômicas reveladas ao mundo através do Tratado de Rapallo assinado em 16 de abril de 1922 (GATZKE, 1958: 568). De acordo com os Artigos I e II do referido tratado, todas as demandas mútuas existentes entre as duas nações foram anuladas; pelo Artigo III, as relações diplomáticas foram restabelecidas de forma plena; o Artigo IV introduziu a cláusula de nação mais favorecida em relação ao comércio entre os dois Estados; e no Artigo V o governo alemão declara sua disponibilidade para estimular as relações comerciais entre a indústria alemã e a Rússia Soviética (MUELLER, 1976: 109).

No que se refere ao Tratado de Rapallo existe toda uma discussão a respeito da existência ou não de cláusulas militares secretas. Gatzke argumenta que as negociações militares foram conduzidas de forma independente pela *Reichswerhr* e eram totalmente desconectadas do Tratado. Mueller, entretanto, possui uma visão diferente a respeito desse tema e acredita que o Tratado de Rapallo se encontra intimamente relacionado a objetivos políticos e militares secretos (MUELLER, 1976: 109).

Se o Tratado de Rapallo, possuía ou não acordos militares não cabem ao presente trabalho analisar. Podemos sim ter como certo que, o Tratado ajudou a estreitar as relações entre a Alemanha e a Rússia Soviética e de forma direta ou indireta contribuiu para a realização de tais acordos.

III.2 A Cooperação e seus Aspectos Práticos

Na seção anterior relatamos a origem e as motivações para a relação militar germano-soviética. Nesta seção pretendemos detalhar mais claramente os resultados concretos dessa negociação e os benefícios trazidos por ela para a Alemanha e União Soviética.

A cooperação militar secreta entre o Exército Vermelho e a *Reichswehr* tornou possível para o lado soviético a dispor de armamento moderno; para o lado alemão, esquivar-se do Tratado de Versalhes; e, para ambos, uma eficiente preparação militar (MORGAN, 1963: 253). As cláusulas do acordo, entre os representantes do Estado Maior do Exército Vermelho e o Estado Maior Alemão, concluído no dia 3 de Abril de 1922, em Berlin, constam do Anexo desta Monografia.

Podemos analisar, de acordo com as referidas cláusulas, que a colaboração militar germano-soviética ocorreu de forma abrangente e teve grande importância para ambos os países. Até 1924, essa colaboração militar consistia quase exclusivamente na produção industrial para uso militar, com a Alemanha fornecendo ajuda financeira e técnica e, em alguns casos, estabelecendo firmas alemãs em território Soviético (GATZKE, 1958: 578).

No início de 1924 a Alemanha iniciou um novo ciclo de atividades na União Soviética, consistindo não tanto na produção de armamentos, mas também com os testes dos materiais de guerra e com o treinamento de militares alemães no uso de armas proibidas pelos termos de Versalhes. Posteriormente, a *Reichswehr* estabeleceu, em caráter experimental três estações de treinamento na União Soviética: em Lipetsk, para operações aéreas; em Saratov, para uso de gás; e em Kazan para operações com tanques. Vale ressaltar que esse novo ciclo não significou o fim da colaboração militar no campo industrial (GATZKE:1958:578).

O treinamento militar trouxe benefícios tanto para a União Soviética quanto para a Alemanha. O Exército Vermelho obteve o treino técnico e a instrução que estava necessitando, e a *Reichswehr* obteve um lugar para realizar seus treinos e experimentos sem a perturbação dos aliados (SMITH, 1956: 130).

O relacionamento entre a Alemanha e a União Soviética trouxe o benefício adicional de fortalecer a defesa de suas respectivas fronteiras contra a já mencionada ameaça polonesa, através de um pacto de ajuda mútua em caso de agressão. (MUELLER, 1976:111).

No que se refere à essa ameaça, o temor alemão pode ser representado pela ação do General Seeckt durante a invasão do Ruhr, que ao invés de realizar preparações

militares para o oeste, as realizou para a proteção da fronteira oriental. A eficiência do acordo é apontada por Otto Gessler, que atribui o não envolvimento da Polônia na referida invasão como consequência direta do acordo germano-soviético (MUELLER, 1976: 112).

Com a mudança na situação política e econômica da República de Weimar, as violações ao Tratado de Versalhes, presentes no tratado militar germano-soviético, começaram a preocupar os governantes alemães. Em dezembro de 1926, o jornal inglês *Manchester Guardian*, publicou dois artigos revelando vários aspectos da colaboração militar Germano-Soviética (GATZKE, 1958: 584). Em dezembro do mesmo ano, um memorando do Ministério das Relações Exteriores afirmou que seria um bom momento para se reduzir as relações para proporções aceitáveis e proveitosas (GATZKE, 1958: 585).

De acordo com o General Wetzel, em 1927 as fabricas de aviões, gás e munições já haviam terminado suas operações em território soviético. As únicas operações que ainda funcionavam era a escola de pilotagem de aviões, a de tanques, algum experimento científico com gás venenoso e as missões anuais para manobras militares soviética. Embora estivesse na prática havendo uma redução nas relações militares entre Alemanha e União Soviética, para Wetzel a continuidade de tais relações eram vitais para o exército alemão. Em sua opinião, caso a Alemanha rompesse as relações militares, a União Soviética poderia se aproximar da França ou de outra força, perdendo, assim, todas as vantagens políticas e militares obtidas com a referida colaboração militar (GATZKE, 1958: 586).

A questão é, embora havendo o desejo sincero por parte dos políticos, durante o período de Weimar, de reduzir ou interromper as relações militares da Alemanha com a Rússia, a *Reichswehr* havia assumido compromissos que não poderiam ser desfeitos, de maneira que não havia certeza, por parte dos políticos de que tais colaborações não teriam continuidade, de forma escondida, pelos militares alemães (GATZKE, 1958: 596).

Assim, apesar de não se poder precisar ao certo quando se deu o fim das relações militares germano-soviéticas, tudo leva a crer que a cooperação continuou após o fim da República de Weimar. O pacto de não agressão nazi-soviético, assinado em 23 de

agosto de 1939, representa um indício forte dessa continuidade. O importante a destacar na presente monografia é que tais relações possuíram um grau de importância relevante, sendo fundamental para a manutenção da fronteira alemã e para o fortalecimento de seu exército.

CONCLUSÃO

Conforme mencionado na introdução desta monografia, quando foi proposto analisar “O Papel dos EUA e da URSS na Reconstrução do Estado Alemão na República de Weimar”, o termo “reconstrução” estava particularmente relacionado ao poder econômico e militar. Esses dois poderes, devido ao modo como cada um é capaz de afetar a decisões de outros Estados, são fundamentais para se obter uma posição de destaque dentro do cenário internacional.

O Tratado de Versalhes é o ponto de partida para qualquer análise referente ao Estado Alemão durante a República de Weimar. Sendo assim, o primeiro capítulo desta monografia enfatizou como o referido tratado foi punitivo e reduziu de forma significativa o poder econômico e militar alemão. Assim, após a Primeira Guerra, a Alemanha se encontrava impossibilitada de cumprir com sua primeira obrigação referente a um Estado conforme a ótica de Petty, sendo assim colocada numa posição inferior no tabuleiro europeu, posição na qual não possuía vontade e muito menos vocação para permanecer.

Também no capítulo I, foi apresentado de forma breve, a história da República de Weimar e de suas diferentes fases. A primeira fase, a inflacionária, mostrou como as reparações impostas pelo Tratado de Versalhes geraram um problema no balanço de pagamentos do Estado Alemão, sendo causa da hiperinflação que, caso não fosse finalizada, tornaria inviável qualquer tentativa da Alemanha de se reerguer. O primeiro passo para conter o processo inflacionário passava por uma revisão no Tratado de Versalhes, visto que as altas somas referente às reparações eram a sua principal causa. Nesse ponto se inicia a atuação dos EUA e seu papel imprescindível para a estabilização monetária alemã.

Conforme visto no segundo capítulo, os EUA, em busca de seus interesses, promoveram indiretamente uma comissão com o propósito de analisar os problemas relacionados às reparações alemãs. Assim se originou o Plano Dawes, que não apenas reduziu os montantes das reparações, como também concedeu um empréstimo ao

Estado Alemão. Desse modo, os EUA acabam por ajudar a Alemanha a solucionar o problema do balanço de pagamentos e fornecer crédito para criação e estabilização da nova moeda alemã.

O aporte de capital americano resolveu o problema da inflação, porém não apagou das lembranças dos governantes alemães o temor do problema inflacionário. Assim, o Estado Alemão conservou suas taxas de juros em um patamar bastante elevado, fazendo com que a Alemanha se tornasse atrativa para o capital estrangeiro. Os EUA eram o maior detentor de reservas no período entre-guerras e, em busca de retornos elevados, tais reservas acabaram por fluir para o Estado Alemão.

Esse capital de origem norte-americana que entrou na Alemanha, acabou por promover um crescimento na indústria alemã, destacando-se o setor exportador tecnologicamente mais avançado, juntamente com o processo de “racionalização” que aumentou a produtividade industrial alemã. O Estado Alemão, com seu investimento em infra-estrutura, também contribuiu para o seu próprio crescimento econômico. Os fatores mencionados acima foram responsáveis pelo período de prosperidade da República de Weimar. Podemos notar facilmente que o capital americano teve participação fundamental para tal período.

A fase de prosperidade é criticada por basear o crescimento alemão na dependência do capital externo. Tal crítica acabou se confirmando, pois com a interrupção do fluxo de capital durante a crise de 1929, a Alemanha passou por um novo período de recessão e desemprego que resultou no fim da República de Weimar com a chegada de Hitler ao poder. Apesar das críticas ao modelo adotado, a dependência econômica do capital externo era inevitável, uma vez que sem ele faltariam as condições para o soerguimento em face das restrições impostas pelo Tratado de Versalhes.

Embora o período de prosperidade tenha sido curto, não se pode subestimar a importância do mesmo para o Estado Alemão. Durante o referido período, o Estado Alemão logrou, como já mencionado, grande crescimento em sua infra-estrutura e aumento da capacidade produtiva e tecnológica de sua indústria. Sem tais fatores, seria impossível a qualquer país voltar a ter poder econômico e competitividade no comércio internacional. Esses fatores, durante a crise, se encontraram subutilizados entretanto, não estiveram em nenhum momento indisponíveis, podendo ser plenamente utilizados ao

final da crise. Assim podemos concluir que os EUA tiveram papel fundamental na reconstrução do poder econômico alemão. Sem seu aporte financeiro, não teria ocorrido estabilização monetária e, muito menos, crescimento econômico, sendo impossível para a Alemanha restabelecer seu poder econômico sem a ajuda dos EUA.

Resta ainda concluir quanto à reconstrução do poder militar do Estado Alemão. Novamente nos voltamos para o Tratado de Versalhes, que não só reduziu consideravelmente o efetivo militar, como também proibiu à Alemanha de possuir força aérea, submarinos e tanques. Nessas condições, caso a Alemanha respeitasse tais regras ela estaria totalmente a mercê de uma possível invasão por parte da França (que efetivamente ocorreu em 1923, na região do Ruhr) ou da Polônia. A percepção da fragilidade da Alemanha era percebida por parte da *Reichswerh* que, para mudar tal situação iniciou uma colaboração militar com a Rússia Soviética. A Rússia Soviética, tal e qual a Alemanha, também se encontrava em uma situação de ameaça não só relacionada ao seu território, mas ainda à sua posição política, tendo assim muito a ganhar com a referida colaboração. A existência de um inimigo potencial comum, a Polônia, facilitou o início das relações. A *Reichswehr*, no que diz respeito à cooperação militar germano-soviética, conseguiu obter armamento e treinamento os quais lhe era proibido pelas cláusulas do Tratado de Versalhes. O Exército Vermelho, por sua vez, obteve ajuda técnica e financeira para a construção da indústria bélica soviética e ambos obtiveram preparação militar adequada.

Apesar de a iniciativa para a colaboração militar com o Estado Soviético ter partido da *Reichswehr*, os governantes alemães estavam perfeitamente cientes da referida colaboração. Essa afirmativa pode ser constatada pelo Tratado de Rapallo, onde as relações com a URSS foram também direcionadas para o lado econômico.

Pode ser um tanto curioso entender como a Alemanha, que temia a possibilidade de sofrer uma revolução nos moldes soviéticos em seu território, possa ter se engajado em uma relação desse nível com a URSS. A questão é que, apesar da ameaça de revolução, os ganhos obtidos superavam em muito as possíveis ameaças. O Estado Alemão estava desprotegido; era preciso alterar essa posição o mais rápido possível e a única maneira presente para tal era através do acordo militar germano-soviético. Assim,

tal relação foi fator decisivo para a reconstrução do poder militar alemão e garantiu à Alemanha, ao longo da República de Weimar, a segurança do seu Estado.

Em face do exposto, podemos facilmente verificar que os EUA, através do seu fluxo de capital para a Alemanha, e a URSS, através da cooperação militar germano-soviética, tiveram papéis importantes na reconstrução do Estado Alemão durante a República de Weimar, conforme postulado no início desta monografia. Vimos que a República de Weimar, que, no início era um Estado sem força econômica, prestígio, influência e poder militar, acabou, através do capital americano e da cooperação militar com a URSS, conseguindo iniciar a reconstrução de tais fatores, voltando a ocupar uma posição relevante dentro do cenário internacional.

SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Nesta presente monografia, verificamos que a recuperação da economia alemã, arrasada pela guerra e pelas imposições do Tratado de Versalhes, tornou-se possível somente a partir da chegada do capital americano.

Verificamos, ainda, que a cooperação militar germano-soviética possibilitou a reconstrução do poder militar alemão., A Rússia Soviética, por sua vez, obteve suporte técnico e financeiro para a reestruturação do seu setor bélico.

Entretanto resta ainda uma questão importante, que não foi abordada por fugir aos objetivos deste Trabalho, qual seja: como a Alemanha, que enfrentava sérios problemas econômicos, foi capaz de proporcionar suporte financeiro para a indústria bélica da URSS?

Assim, a análise de como o Estado Alemão foi capaz de prover à URSS o suporte financeiro essencial à efetiva realização da cooperação militar germano-soviética fica como sugestão para trabalhos futuros. Uma hipótese plausível é que esse recurso poderia ter sido proveniente do capital americano que entrava na Alemanha e era repassado para URSS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAM, David. **Constituting Hegemony: The Burgeois Crisis of Weimar Germany**. The Journal of Modern History, Chicago, v. 51, n 3, p 417-433, 1979.

_____. **Conflicts within German Industry and the Collapse of the Weimar Republic**. Past & Present, Oxford, n 88, p. 88-128, 1980.

BALDERSTON, T. **The Beginning of the Depression in Germany, 1927-30: Investment and the Capital Market**. The Economic History Review, Oxford, v. 36, n 3, p 395-415, 1983.

BRAGA, José Carlos de Souza. Alemanha: Império, Barbárie e Capitalismo Avançado. In FIORI, José Luis (org). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

DOENECKE, Justus. Recent Explorations Concerning the Interwar Period. In SCHULZINGER, Robert D. (org). **A Companion to American Foreign Relations**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional**. Tradução Sergio Blum. São Paulo: Editora 34, 2000.

FERGUSON, Niall. **Constraints and Room for Manoeuvre in the German Inflation of the Early 1920s**. The Economic History Review, Oxford, v. 49, n 4, p 635-666, 1996.

FERNANDES, Luís Manuel. Rússia: do Capitalismo Tardio ao Socialismo Real. In FIORI, José Luis (org). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FIORI, José Luís. O Poder Global dos Estados Unidos: Formação, Expansão e Limites. In FIORI, José Luis (org). **O Poder Americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

_____. **Da guerra**. Valor Econômico, São Paulo, 09 set. 2009.

GATZKE, Hans W. **Russo-German Military Collaboration During the Weimar Republic**. The American Historical Review, Washington D. C., v. 63, n 3, p. 565-597, 1958.

GILPIN, Robert. **Global Political Economy: Understanding the International Economic Order**. Princeton: Princeton University Press, 2001

GRAHAM, Frank D. **Germany's Capacity to Pay and the Reparation Plan**. The American Economic Review, Pittsburgh, Pennsylvania, v. 15, n 2, p.209-227, 1925.

HARDACH, Karl. Germany 1914 – 1970. In CIPOLLA, Carlo (org) **The Fontana Economy History of Europe: Contemporary Economies**. Hassocks, Inglaterra: Harvester Press, 1977.

HASLAN, Jonathan. Comitern and Soviet Foreign Policy. In SUNY, Ronald Grigor (org) **The Cambridge History of Russia: The Twentieth Century**. Nova Yorque: Cambridge University Press, 2006.

HIDEN, John. **Hard Times – From Weimar to Hitler**. The Historical Journal, Cambridge, v. 41, n 4, p 947-962, 1989.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IRIYE, Akira. **The Cambridge History of American Foreign Relations: The Globalizing of America, 1913-1945**. Nova Yorque: Cambridge University Press, 1993

JOLL, James. **Europe since 1870 : An International History**. Londres: Penguin Books, 1990.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

KEYNES, John Maynard. **As Conseqüências Econômicas da Paz**. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

KINDLEBERGER, Charles. **Power and Money; The Economics of International Politics and the Politics of International Economics**. Nova Yorque: Basic Books, 1970.

KOCHAN, Lionel. **The Russian Road to Rapallo**. Soviet Studies, London, v.2, n 2, p 109-122, 1950.

LAILER, David; STADLER, George. **Monetary Explanations of the Weimar Republic's Hyperinflation: Some Neglected**. Journal of Money, Credit and Banking, Columbus, Ohio, v. 30, n 4, p 816-831, 1998.

LANDES, David S. **Prometeu Desacorrentado: Transformação Tecnológica e Desenvolvimento Industrial na Europa Ocidental Desde 1750 Até a Nossa Época.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MORGAN, R. P. **The Political Significance of German-Soviet Trade Negotiations, 1922-5.** *The Historical Journal*, Cambridge, v. 6, n 2, p 253-271, 1963.

MUELLER, Gordon H. **Rapallo Reexamined: A New Look at Germany's Secret Military Collaboration with Russia in 1922.** *Military Affairs*, EUA, v. 40, n 3, p 109-117, 1976.

PETZINA, Dieter. **Germany and the Great Depression.** *Journal of Contemporary History*, Thousand Oaks, California, v.4, n 4, p 59-74, 1969.

SMITH, Arthur L. **The German General Staff and Russia, 1919-1926.** *Soviet Studies*, London, v.8, n 2, p 125-133, 1956

STOLPER, Gustav. **Historia Economica de Alemanha (de 1870 a 1940).** México: Fondo de Cultura Econômica, 1942.

TEIXEIRA, Aloísio. Estados Unidos: A “Curta Marcha” para a Hegemonia. In FIORI, José Luis (org). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

VOTH, Hans-Joachim. **Did High Wages or High Interest Rates Bring Down the Weimar Republic? A Cointegration Model of Investment in Germany, 1925-1930.** *The Journal of Economy History*, Cambridge, v. 55, n 4, 801-821, 1995.

ANEXO

O presente tratado foi concluído no dia 03 de abril de 1922 em Berlin pelos representantes autorizados do Estado Maior do Exército Vermelho e os representantes autorizados do Estado Maior Alemão. O presente texto se encontra no apêndice do artigo de Mueller publicado em 1976.

1. O Estado Maior Alemão se compromete a fornecer a República Federativa Soviética Russa as armas e equipamentos necessários para armar e equipar 180 regimentos de infantaria. Dos quais devem ser entregues pelo Estado-Maior Alemão, em parcelas mensais para os seus lugares designados, sob responsabilidade do Estado Maior Alemão. Um terço das armas e equipamentos corresponderá ao modelo russo sendo o restante de acordo com o modelo alemão. Ao mesmo tempo o Estado Maior Alemão compromete-se a entregar, nas condições acima, artilharia de campanha e pesada necessárias para armar 20 divisões de infantaria.
2. O Estado Maior Alemão se compromete a cooperar na organização da marinha russa no Báltico e no Mar Negro através de (a) presença do quadro de instrução naval alemã na Rússia; (b) reorganização e instrução dos homens da marinha russa de acordo com as exigências recentes e sua experiência; (c) fazer reparos completos nos navios de guerra da Marinha russa.
3. O Estado Maior Alemão se compromete a entregar a Rússia, em um curto prazo, 500 aviões novos do tipo Junker, com uma quantidade correspondente de peças de reserva.
4. O Estado Maior Alemão se compromete em fornecer as forças técnicas do Exército Vermelho Russo, com a quantidade necessária de equipamentos técnicos para 180 regimes de infantaria. Compromete-se também para entregar 150 estações de rádio de campo.

5. O Estado Maior Alemão compromete-se a informar aos membros do Exército Vermelho Russo com os resultados das últimas experiências e invenções técnicas na área de ataque com gás, e também se compromete a informar e instruir 60 instrutores russos que serão enviados a Alemanha pelos membros do Exército Vermelho Russo.
6. O Estado Maior Alemão se compromete enviar à Rússia o número necessário de especialistas técnicos para as obras militares já existentes na Rússia e também para o propósito de equipar e iniciar novos projetos de construção de armamento em Tula, Samara e Petrograd.
7. O Exército Vermelho Russo se compromete a utilizar a sua influência junto ao governo da Rússia para a transferência imediata real de 20 navios de guerra da frota russa, mas tendo em conta a atual situação política, os navios de guerras citados acima permanecerão nos portos russos.
8. O Exército Vermelho Russo garante ao Estado Maior Alemão a possibilidade de transferência para a Rússia de três fabricas alemães, selecionadas pelo Estado Maior Alemão – uma fabrica de aviões e de hélice, uma fábrica de gás venenoso, e uma fábrica de armamentos sobre as condições que o Exército Russo utilizar plenamente os produtos destas fabricas. Ao mesmo tempo, o Estado-Maior do Exército Russo não vai impedir que os oficiais alemães e os especialistas de tomar parte sobre os trabalhos realizados na fabrica de armamento recém organizado no Afeganistão.
9. O Estado Maior do Exército Vermelho Russo se compromete a manter na fronteira ocidental da Rússia soviética (a fronteira oriental da Polônia) não menos de 18 divisões de infantaria e oito divisões de Cavalaria.
10. O Estado Maior do Exército Vermelho Russo se compromete, pelo mês de agosto de 1922, a aumentar a capacidade de transporte das ferrovias de Alexandrovsky e Nikolaevsky para 12 trens por dia. Além destes, os ramos do triangulo de Pinsk – Moscow - Petrograd, devem aumentar sua capacidade de transporte em proporções similares.

11. Segundo o acordo político, o Estado Maior Alemão e o Estado Maior do Exército Vermelho Russo se comprometem a elaborar um plano comum dando a Rússia acesso ao Mar Báltico. No presente momento, portanto, a linha de demarcação da fronteira alemã e da fronteira russa está sendo estabelecida. Essa linha atravessa Salis – Vlmar – Ostroff.

12. As partes contratantes se comprometem a manter o presente acordo em segredo.